

**RUMO AO FIM DE(A) ANÁLISE: A DIREÇÃO DO TRATAMENTO E A FIGURA DO ANALISTA**

Ronaldo Adriano Alves dos Santos

Michaela Carla Laurindo

**Introdução**

A proposta inicial deste trabalho era abordar a questão do fim de(a) análise e a possibilidade de que haja benefícios a curto e médio prazo provenientes da Psicanálise, mas durante minhas leituras sobre o tema proposto fui impelido a discutir a figura do analista e como ela está implicada na direção do tratamento. Como num trabalho analítico essa pesquisa foi-se desenvolvendo em busca de construir um saber, um saber sobre o local que ocupo quando me coloco na posição de analista, posição ambivalente de saber que nada sei sobre aquele que diante de mim se coloca.

Compreendo que discutir a figura do analista é reconhecer que existe aí um desejo, e como todo desejo encerra um saber, o desejo do analista e o desejo de ser analista devem ser postos em questão, ser inquirido e ser analisado para que no exercício dessa função não sejamos (a)traídos pelas miragens que ela produz.

Partindo disso busquei na literatura psicanalítica freudiana os subsídios necessários para efetuar essa discussão e realizei esta pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico por entender que embora o saber acadêmico não dê conta de formar um psicanalista ele é fundamental para que possamos entrar em contato com a teoria e o método psicanalítico.

Como já antevia agir e sustentar a função de psicanalista é uma decisão que deve estar consciente de sua (im)possibilidade, pois no exercício da Psicanálise vejo que é possível, durante o processo analítico, construir com os sujeitos que nos buscam um saber sobre aquele padecer que os fizeram nos procurar como analistas, entretanto estamos também advertidos da impossibilidade de tudo saber sobre, e mais, estamos advertidos de que enquanto psicanalistas nós nos situamos em uma falta-a-ser, ou seja nosso ser, nosso sujeito, deve estar suspenso não podendo aí atuar, somos aquele que ao não ser presta semblante às questões de nossos pacientes.

### **Objetivo**

O Objetivo deste trabalho é discutir a figura do analista e sua implicação na direção do tratamento em Psicanálise.

### **Método**

Este estudo pautou-se numa pesquisa qualitativa do tipo pesquisa bibliográfica buscando na literatura psicanalítica subsídios para a discussão acerca da figura do analista. Compreendo a pesquisa bibliográfica como: “atividade de localização e consulta de fontes diversas de informações escritas, para coletar dados gerais e específicos a respeito de determinado tema” (Carvalho, 1987, p.110), sendo assim, não estabeleço uma separação rígida entre a coleta das informações e as interpretações das mesmas, o estudo desenvolveu-se como um todo, pois assim como nos conteúdos da análise todas as partes estão relacionadas.

### **Resultados e Discussão**

E diz Guillaume:

eu me torno... e de repente a questão é... se as palavras que disse, de forma canhestra e cega, não são fragmentos de uma peça maior e desconhecida que passa por mim, um trabalhador no teatro do mundo... O sentido incompleto que busco em mim e, junto comigo todos os atores e cenários de seu grande discurso mudo. Por isso falo (Godard, 1967).

O que é essa peça maior e desconhecida que atravessa Guillaume, que o faz falar? Guillaume é um ator, e nesse trecho teatral encena uma peça desconhecida por ele, um discurso mudo, que o justifica como falante. Fala do desconhecido, do não-sabido e da busca de um sentido em si, um sentido que ele já antevê incompleto. É desse não sabido que se formula uma demanda de análise, justificada por uma pretensa necessidade de se viver bem. É a esta necessidade que Freud dá uma “dimensão trágica”, trágica por que “na tragédia, o personagem está guiado por uma lei que o ultrapassa, acima de sua razão e inexorável” (Pinto, 2010, p.192) - O Inconsciente. Destarte o sujeito é retirado de um mundo de ilusões, de suposta felicidade e segurança tendo, assim, que desafiar seu destino e a partir daí viver conscientemente.

A proposta inicial deste trabalho, como disse antes, era abordar a questão do fim de(a) análise e a possibilidade de que haja benefícios a curto e médio prazo provenientes da análise. Falar em fim trágico e benefícios pode parecer, talvez, antitético. Mas temos que lembrar que na tragédia não há a destruição total, a tragédia também comporta uma solução, mas uma solução que se encontra num “outro plano que não aquele em que o conflito se dava” (Pinto, 2010, p.192).

Durante minhas leituras sobre o tema proposto deparei-me com a questão da direção do tratamento e da figura do analista e como nós, analistas, estamos implicados na direção do fim de(a) análise. Dessa forma o que apresento aqui é, antes de mais nada, um esboço daquilo que pude elaborar sobre estes temas.

Primeiramente esclareço que ao enredar uma discussão sobre a possibilidade de existirem benefícios a curto e médio prazo de uma análise, não quero defender uma abordagem breve da psicanálise ou seu encurtamento, pois quanto a isso já temos uma advertência freudiana que alerta para o fato de que “[...] se quisermos atender às exigências mais rigorosas feitas à terapia analítica, nossa estrada não nos conduzirá a um abreviamento de sua duração, nem passará por ele” (Freud, 1996a, p. 239), mas entendo que esta advertência não invalida a possibilidade de no transcorrer de sua análise o analisante obter melhoras em seu estado psíquico.

No texto “*Análise Terminável e Interminável*” de 1937, obra consagrada a discutir a questão do fim de(a) análise vemos que Freud articula os termos através da preposição e, e não com ou, de modo que não é apenas um uso aleatório da gramática, o título dessa obra introduz uma contradição inerente ao trabalho analítico, esse contraditório reside no fato de que é possível um finito e um infinito na psicanálise (Pinto, 2010). Mas como é possível a coexistência de um fim de(a) análise com a sua “infinitabilidade”?

Sobre a questão do fim da análise debrucei-me sobre o termo *fim* vendo nele uma duplicidade semântica, vez que, podemos entender o *fim* como o final de análise, bem como, podemos compreendê-lo como a finalidade da psicanálise. Quanto a isto Freud encara o primeiro como uma forma prática de se discutir o fim de análise, o encerramento se dá quando o analista e analisante deixam de se encontrar nas sessões; já no que tange a finalidade da

análise ele deixa claro que esta é “a libertação de alguém de seus sintomas, inibições e anormalidades de caráter neuróticas” (Freud, 1996a, p.231). Poderia dizer que esta finalidade é alcançada quando o analisante não mais está sofrendo de seus sintomas, angústias e inibições, quando o praticante da psicanálise julgar que tanto material recalçado foi tornado consciente, que tantas resistências foram levantadas, que não há temor que o processo patológico se repita.

Desse modo Freud fala da possibilidade de se alcançar um estado de normalidade psíquica absoluta e diz que este desfecho (fim) já foi alcançado por analistas, pelo menos em alguns de seus casos. Mas este estado de normalidade psíquica não deve ser entendido de modo a pressupor que atingi-lo seria não mais apresentar paixões e/ou conflitos internos, pois “na verdade, toda pessoa normal é apenas normal na média. Seu ego aproxima-se do ego do psicótico num lugar ou noutro e em maior ou menor extensão [...]” (Freud, 1996a p. 251).

Mas como pode o praticante da psicanálise conduzi-la a estes termos? Freud deixa muito claro em seu texto “*Sobre o Início de Tratamento*” (Freud, 1996b), que como no xadrez, no “jogo” analítico suas finalizações e inícios são passíveis de descrição sistemática, mas as infinitas variedades de possibilidades que se abrem após o início do jogo colocam em desafio qualquer tentativa de sistematização e/ou descrição modelo.

E é neste ponto da discussão, onde o transcorrer de uma psicanálise foge a uma categorização, um passo-a-passo, é que introduzo a questão da direção do tratamento e nela a figura do analista, pois esta impossibilidade de regramento da prática psicanalítica está “indissoluvelmente ligada a uma contingência que é inerente à experiência” (Godino Cabas, 1989-1990, p.52-53). Assim como Freud compara a psicanálise ao xadrez, o autor ao discutir a questão da direção do tratamento, escreve que suas margens “são muito estreitas e o caminho demasiado sinuoso como para permitir um traçado de autópsia (Godino Cabas, 1989-1990, p.53)”.

Isto me leva a questionar a formação dos praticantes da psicanálise. Durante nossa formação, somos levados a crer que não devemos de forma nenhuma dirigir o analisante, é certo que uma direção de consciência está, em psicanálise, obviamente excluída, mas Lacan é claro ao escrever que, sim

O psicanalista certamente dirige o tratamento [...] A direção do tratamento [...] consiste, em primeiro lugar, em fazer com que o sujeito aplique a regra analítica, isto é, as diretrizes cuja presença não se pode desconhecer como princípio do que é chamado “situação analítica” [...] (Lacan, 1998, p.592)

Na tradição acadêmica, universitária, há a crença de que o analista estudou a psicanálise a fundo, que preparou-se para o seu exercício, e sendo portanto douto nesta disciplina esta apto, possui uma habilitação para exercê-la. Sendo assim dentro dessa tradição o estudo teórico exaustivo para aquisição do saber e depois a verificação através das práticas e estágios pressupõe a assunção de uma *suficiência* da formação.

Mas na experiência analítica a função e o estatuto do saber são subvertidos. Na lógica acadêmica assevera-se que não se pode chegar à verdade se a premissa de que se parte é falsa. Em psicanálise, entretanto, o trabalho se faz justamente sobre os equívocos, que demonstram, e posso dizer materializam a outra cena: aquilo que *não-se-sabe*. Sendo assim o saber na experiência analítica se constituiu uma aporia, pois tanto o saber quanto a lógica são do sujeito. Eis a subversão, pois “o sujeito é isso que pensa em nós mais além de nós mesmos e que aparece no equívoco, no tropeço, quando pretendíamos dizer aquilo que sabemos que pensamos” (Costa, 1989-1990, p. 108). Estes fatos levam à conseqüente conclusão de que uma habilitação acadêmica, calcada no estudo e na prática ou mesmo na experiência subjetiva, “é certamente *necessária mas não suficiente*. Em suma, nos obriga a acolher a evidência que há uma questão de base na formação analítica: a impossibilidade lógica de sua *suficiência*” (Godino Cabas, 1989-1990, p. 53). E com este reconhecimento de uma não *suficiência* da formação do analista é que recordo que a análise é posta por Freud (1996a) como a terceira das profissões impossíveis, junto ao governo e a educação.

Quando antes discuti a possibilidade de um analisante atingir um estado de normalidade, introduzi a questão da direção do tratamento e da figura do analista, posto que aí o que se discute é que “[...] o analista exerceu uma influência de tão grande conseqüência sobre o paciente, que não se pode esperar que nenhuma mudança ulterior se realize neste [...]” (Freud, 1996a, p.235).

Mas que é o analista?

Foi dito acima que em se tratando da direção do tratamento não é possível traçar um passo-a-passo, de criar um modelo, e da mesma forma, acredito que analista-tipo não existe, “isto porque “o” analista não existe; porque não há significante do analista” (Pérez, 1990, p. 120). Pérez escreve que é aí justamente que a **função** do analista é ocupada por um indivíduo que escutando a demanda, aceita suportar (ser suporte d’) os fenômenos transferências. Falamos então de ““um” analista e é como **função** que pode operar para que algo se processe no sentido de uma análise” (Pérez, p. 120)<sup>1</sup>.

O próprio Freud ao escrever o texto “*Recomendações aos Médicos que Exercem a Psicanálise*” (1996c) deixa claro seu caráter de recomendação e não de regramento, uma vez que reconhece que aquilo que recomenda é tão somente fruto de sua experiência, asseverando que a técnica se tornou apropriada à sua individualidade, destarte não se arriscou “a negar que um médico constituído de modo inteiramente diferente possa ver-se levado a adotar atitude diferente em relação a seus pacientes e à tarefa que se lhe apresenta” (Freud, 1996c, p.). Isso torna clara a afirmação lacaniana na Proposição de 9 de Outubro de 1967 de que “o psicanalista não se autoriza senão por si mesmo”.

A partir disso, acredito ser preciso reconhecer, assim como Lacan, que nós praticantes da psicanálise somos feitos daquilo mesmo que nossos analisantes, somos “feitos, em nossa argila, da mesma daqueles que moldamos” (Lacan, 1998, p. 591). Somos nós e nossos analisantes, seres sexuados e submetidos aos efeitos da linguagem.

Estamos assim, implicados no percurso que fazem nossos analisantes na medida em que também pagamos por entrarmos e estarmos no jogo analítico. Nós enquanto analistas, temos de nos autorizar por nós mesmos, e por isso se “impõe ao analista a responsabilidade de seu ato: paga com seu ser o que não há de liberdade no seu ato” (Mariscal e Ericson, 1988, p.48), o analista tem que pagar.

Pagar com palavras, sem dúvida, se a transmutação que elas sofrem pela operação analítica as eleva a seu efeito de interpretação; Mas pagar também com sua pessoa, na medida em que, haja o que houver, ele a empresta como suporte aos fenômenos singulares que a análise descobriu na transferência; E haveremos de esquecer que ele tem pagar com o que há de essencial em seu juízo mais íntimo, para intervir numa ação que vai ao cerne do ser [...]: seria ele o único a ficar de fora do jogo? (Lacan, 1998, p. 593).

---

<sup>1</sup> Grifos do autor.

Em outras palavras nós analista de nossa parte pagamos com nossas interpretações, com o despojamento de nossa pessoa, de nosso ser, e com nosso desejo, que é o “desejo de ir ao encontro do desejo inconsciente” (Lacan citado por Angulo, 1989-1990, p. 99).

Sendo assim e sabendo que a transferência é o sustentáculo da análise configura-se aí uma dialética entre “Sujeito-suposto-Saber como estrutura de ficção e o real que deve operar a partir do desejo do analista” (Mariscal e Ericson, 1988, p. 47), e é esta dialética que Lacan (1958) diferenciou em três planos: Política; Estratégia; Tática.

Mas a que se referem esses três planos? Inicialmente podemos dizer que a tática se faz através da estratégia, estando ambas subordinadas à política. Mariscal e Ericson (1988) destacam que as primeiras são dispositivos específicos das artes militares, sendo que “a estratégia trata da planificação e do movimento de tropas visando alcançar posições e potenciais bélicos favoráveis a futuras ações táticas sobre determinados objetivos. A tática trata da disposição e manobra das forças durante o combate” (p.47). Assim, em psicanálise, a estratégia corresponde ao manejo da transferência e a tática às interpretações feitas pelo analista. Nossa liberdade, enquanto praticantes da psicanálise, existe em menor ou maior proporção dependendo de qual dos planos tratamos. Quanto à tática:

Intérprete do que me é apresentado em colocações ou atos, decido acerca de meu oráculo e o artigo a meu gosto, único mestre/senhor em meu barco, depois de Deus, e, claro, longe de poder avaliar todo o efeito de minhas palavras, mas justamente advertido e procurando prevenir-me contra isso, ou, dito de outra maneira, sempre livre quanto ao momento, ao número e também à escolha de minhas intervenções, a tal ponto que a regra parece ter sido inteiramente ordenada para não atrapalhar em nada meu trabalho de executante, ao que é correlato o aspecto “material” sob o qual minha ação aborda aqui o que ela produziu (Lacan, 1998, p. 591).

A liberdade existente no âmbito da tática possibilita-nos, praticantes da psicanálise diferentes recursos interpretativos, mas é claro que o resultado disso depende da estratégia, ou seja, do manejo da transferência por parte do analista. Lacan diz que quanto ao manejo da transferência, ao contrário do que ocorre nas interpretações, a liberdade está alienada pelo desdobramento que nela sofre a pessoa do analista devendo-se aí buscar o segredo da análise.

Segredo de sustentar autenticamente uma práxis para que ela não seja reduzida a exercício de poder (Lacan, 1998). Poder que sabemos consistir na transferência, mas da qual o

analista “não é o amo, mas deve saber em que lugar o analisando o coloca e desde que lugar se oferece para poder operar [...] (Mariscal e Ericson, 1988, p.48), de fato cabe a nós, em relação à transferência, contemporizá-la como um fenômeno do qual não somos os responsáveis, estando sua espontaneidade situada no âmbito do paciente.

Sendo assim o analista, através da transferência, é erigido, pelo analisante, como encarnação do Ideal, como Sujeito-suposto-Saber, Lacan no Seminário livro XI escreve que o sujeito “é suposto saber aquilo de que ninguém poderia escapar uma vez que a formule – pura e simplesmente, a significação. Essa significação implica certamente [...] que ele não possa recusar-se a ela” (Cottet, 1989, p.183).

De fato o analista é posto neste lugar, lugar do qual seu gozo não pode tirar proveito, pois na cena analítica seu *eu* tem que desaparecer, assim como seu narcisismo, pois seu desejo é advertido de que o lugar que ocupa, que lhe é imputado pelo analisante, não lhe é dado pela pessoa que é, mas antes, por aquilo que ele faz semblante. Sendo assim o desejo do analista é a operação de uma função e não uma modalidade pulsional e “este é o renunciamento a que Freud se submeteu. Ele sublinha a dificuldade para sustentá-lo: a de ser, paradoxalmente, aquele que renuncia a usar o poder imaginário que lhe é dado” (Cottet, 1989, p.183).

No jogo analítico o analisante avalia o analista como um jogador avalia seu adversário, levando-o a suportar (ser suporte de) suas fantasias. Lacan (1998) compara a análise ao jogo de *bridge*, uma vez que o analista convoca a figura do morto.

No *bridge* a função de morto é exercida pelo parceiro do carteador. O morto é encarregado de movimentar as cartas de acordo com as orientações de seu par alcançando-lhe as cartas caso lhe seja solicitado, mas é o carteador o responsável por jogar ambas as mãos, a sua e a do morto.

O carteador joga uma carta do morto nomeando-a; depois disso o morto pega a carta e a desloca na mesa, com a face para cima. O carteador, se quiser, pode pegar ele mesmo a carta do morto [...] Se o morto coloca em posição como se tivesse sido jogada uma carta que o carteador não nomeou, ela deve ser retirada [...] o morto não pode tocá-las ou indicar nenhuma carta [...] sem instrução do carteador (Leis do Bridge, 1997, p.38).

Esta é então a imposição feita a nós, nos é imposto esse “vínculo, digamos, de abnegação [...] os sentimentos do analista só têm um lugar possível nesse jogo: o do morto; e



que, ao ressuscitá-lo, o jogo prossegue sem que se saiba quem o conduz” (LACAN, 1998, p. 595). Eis a justificação do porque de o analista ser menos livre no âmbito da estratégia do que no do tática.

Agora em se tratando da política, sabemos que em seu sentido *lato*, política é vista como “arte de bem governar [...] condução para atingir seus fins e é guiada pela posição da ética tradicional na procura dos bens gerais da comunidade. A posição do poder em relação ao desejo é de governá-lo, esquivando-se do confronto com o impossível, o indizível que o habita” (Mariscal e Ericson, 1988, p.48).

A política, em psicanálise, entretanto, se fundamenta num imperativo ético que tem como causa a coisa (das Ding)<sup>2</sup> (Mariscal e Ericson, 1988). Essa ética não é a tradicional, é uma outra, que sustenta que há algo a mais na estrutura do desejo, para além de “um valor de uso e uma distribuição de gozo”, e é por isso que Lacan no Seminário VII diz que “para a psicanálise, não há outro bem senão o que pode servir para pagar o preço de acesso ao desejo” (Angulo, 1989-1990, p. 97).

Lacan escreve que “o analista é ainda menos livre naquilo que domina a estratégia e a tática, ou seja, em sua política” (Lacan, 1998, p.596). A política da psicanálise trata da suspensão do ser do analista (Angulo, 1989-1990), de modo que “ele faria melhor situando-se em sua falta-a-ser do que em seu ser” (Lacan, p. 596), pois o analista “é tão menos seguro de sua ação quanto mais está interessado em seu ser” (Lacan, p. 594). Foi Freud quem nos legou esta política e deu o exemplo vivo e primeiro de sua aplicação ao deixar de lado “seu saber médico, seus preconceitos, pondo-se a escutar as histéricas e construindo a teoria a partir

---

<sup>2</sup>“A Coisa opera como eixo em torno do qual se constitui o advento de um sujeito como corpo e como ser falante, advento necessariamente elaborado num *intervalo*, com relação a um limite [...]. A Coisa vai representar o pivô em torno do qual vão se orientar os movimentos de pensamento, quer visem ou não a satisfação; de um ponto de vista teórico, é um pivô de certo modo *anterior* a toda intervenção terceira. Ela constitui esse inefável que faz com que um corpo seja vivo [...] a Coisa aparece como o Outro originário do “desejo”, o Outro absoluto do sujeito, isto é, o Outro real, do qual a língua seria a prova [...] um “objeto absoluto” inatingível; é ela que atesta para o sujeito do inconsciente que só há verdade parcial [...] a coisa funda a orientação do sujeito humano para o objeto” [...] objeto “perdido” - que - nunca esteve perdido mesmo que se trate de reencontrá-lo. [...] Assim a *idéia* da Coisa faz o sujeito experimentar duplamente sua divisão; seu único recurso face a esse resto de gozo impossível será a procura do objeto *a*, objeto da pulsão que se encontra ligado a um objeto ao qual a pulsão não está originariamente presa; se as pulsões estão destinadas a se tornar parciais, é em razão do encontro faltoso com a Coisa” (Kaufmann, 1996, p. 84-85).

desse debruçar-se na experiência clínica” (Angulo, p.97). E é nesse sentido que se deve entender que em análise “o ser do analista não existe” (Pérez, 1990-1991, p. 120).

Logo acima discutia a questão da transferência e do lugar imputado pelo analisante ao analista e defendi, usando as palavras de Cottet, que o gozo do analista não pode se aproveitar da relação transferencial, entretanto, acredito que é necessário esclarecer que a interpretação (sua tática)

quando ele a faz, é recebida como proveniente da pessoa que a transferência lhe imputa ser. Aceitará ele beneficiar-se desse erro da pessoa? A moral da análise não contradiz isso, desde que ele interprete tal efeito, sem o que a análise se reduziria a uma sugestão grosseira. É, pois, pelo que o sujeito imputa ao analista ser (*ser* que está alhures) que é possível uma interpretação voltar ao lugar de onde pode ter peso na distribuição das respostas (Lacan, 1998, p. 597).

Isto se processa a tal ponto que mesmo uma falsa interpretação pode resultar em desdobramentos da verdade do sujeito (Godino Cabas, 1989-1990). Mas estamos advertidos de que na análise “o efeito terapêutico depende de tornar consciente o que está reprimido [...] no id [e] Preparamos o caminho para essa conscientização mediante interpretações e construções” (Freud, 1996a, p. 255) feitas apenas para o próprio analista, enquanto o *Eu* do analisante ainda estiver atrelado às suas defesas não abandonando assim suas resistências.

Freud vê a análise como um pendulo que oscila entre fragmentos do *Isso* e do *Eu*, que devem ser analisados. Do primeiro tenta-se tornar o material consciente, do segundo tenta-se modificá-lo. O ponto é que o analisante reproduz no setting analítico suas defesas, sendo essa única maneira de conhecê-las “a dificuldade da questão é que os mecanismos defensivos dirigidos contra um perigo anterior reaparecem no tratamento como resistências contra o restabelecimento. Disso decorre que o ego trata o próprio restabelecimento como um novo perigo” (Freud, 1996a, p. 254).

Freud no texto “*Análise Terminável e Interminável*” aponta a resistência por parte dos analisantes, mas não se detém aí, ele também demonstra as implicações e exigências que a psicanálise faz ao analista “uma vez que a incessante preocupação com o material recalcado desperta exigências pulsionais, obrigando-o a fazer uso de mecanismos de defesa que desviam suas implicações e comprometem a direção da cura” (Paiva, 2010, p. 87).

Quanto a isso o autor é claro ao escrever que “da mesma maneira que as resistências, deve-se levar em conta não apenas a natureza do ego do paciente, mas também a individualidade do analista” (Freud, 1996a, p. 264). Além disso, ao falar de como a resistência é gerada na prática, Lacan (1998, p.601) diz que “não há outra resistência à análise se não a do próprio analista”.

Sendo assim, fica claro o porquê da advertência de que as “condições especiais do trabalho analítico fazem realmente com que os próprios defeitos do analista interfiram em sua efetivação de uma avaliação correta do estado de coisas em seu paciente e em sua reação a elas de maneira útil” (Freud, 1996a, p. 264-265).

Já disse a cima que a formação universitária não basta para formar um analista e agora sou levado a repetir a inquietação de Freud ao questionar: como e onde pode uma candidato a analista adquirir a habilitação (Cabas, 1989-1990) ideal para exercer a psicanálise? A resposta de Freud é direta “na análise de si mesmo” (Freud, 1996a, p. 265), a formação do analista dá-se eminentemente através de sua análise.

Freud recomenda aos analistas que retomem à suas análises periodicamente, ele próprio estabelece a recomendação que esse período seja de cinco anos, fato que, a meu ver, ratifica a formação do analista como permanente, eliminando qualquer idéia de uma formação ideal ou suficiente (Cabas, 1989-1990), pois o próprio Freud escreve aos analistas que “não seria apenas a análise terapêutica dos pacientes, mas sua própria análise que se transformaria de tarefa terminável em interminável” (Freud, 1996a, p. 266).

### **Conclusão**

Em suma a função do analista não é nenhum pouco confortável: nós aceitamos entrar num “jogo” onde sabemos que não estamos suficientemente preparados para jogar e que, enfim, nunca o estaremos. Estamos advertidos que jogaremos numa posição onde nosso ser não deve existir, onde devemos nos despojar de nós mesmos, não devemos ser sujeito. Encarnaremos a função do morto, posição que implica suportar aquilo que nos é imputado pelas fantasias de outra pessoa.

Entretanto, e cômicos de tudo isso, ainda assim optamos por assumir essa função, de modo que a única coisa que me resta agora é uma questão (e por que não intervenção?!) feita por Zaira A. Belan: “o que a psicanálise lhe concerne?” Em outras palavras: o que nos fez e faz optar por exercer essa função onde abdicamos de nós mesmos, mortificando nosso ser, para possibilitar a assunção do sujeito de outrem? O que é esse nosso desejo de sermos analistas? Ou melhor, o que é esse nosso desejo de “*não-ser*” sendo analistas? Eis o ponto onde acredito que se faz fundamental a análise de si mesmo, recomendada por Freud, pois é neste ponto onde devemos ir de encontro à nossa verdade, ir de encontro ao nosso desejo.

### **Referências**

Angulo, N. S. (1990). O que quer um analista? (1989). In *O analista em questão*. Curitiba: Associação da Coisa Freudiana – Transmissão em Psicanálise,.

Godino Cabas, A. (1990). O analista posto em questão. In *O analista em questão*. Curitiba: Associação da Coisa Freudiana – Transmissão em Psicanálise.

Carvalho, A. de S. (1987) *Metodologia da entrevista: uma abordagem fenomenológica*. Rio de Janeiro: Agir.

Costa, A. C. S. (2010). Análise terminável e interminável: sobre a Demanda. In Lara, E. M. (coord.) *Escola da Coisa Freudiana – Cadernos n°1*. Curitiba: Juruá.

Cottet, S. (1989). *Freud e o desejo do psicanalista*. Rio de Janeiro: J. Zahar.

Freud, S.(1996a). *Análise terminável e interminável*. In Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. 23) Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1937).

\_\_\_\_\_ (1996b). *Sobre o Início do Tratamento*. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (Vol. 12). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1913).

\_\_\_\_\_ (1996c). *Recomendações aos Médicos que Exercem a Psicanálise*. In Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (Vol.12) Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1912).

Godard, J.-L.(Diretor). (1967). *La Chinois*. [DVD]. Paris, FR: Anouchka Films

Kaufmann, P. (1996). *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: J. Zahar.

Lacan, J. (1998). *Escritos* (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1958).

Leis do Bridge (1997). Dispõem sobre as regras do jogo de Bridge. (Federação Brasileira de Bridge, Trad.). Recuperado em 20 de abril de 2011 da Federação Brasileira de Bridge: [www.bridge.esp.br](http://www.bridge.esp.br)

Mariscal, D. L.; Ericson, N. (1988). Da interpretação e do desejo do analista: I – O Desejo do analista em causa. *FALO*, 2(2), 47-51.

Martins, C. M. de O. (2010). As benesses da perda. In Lara, E. M. (coord.) *Escola da Coisa Freudiana – Cadernos nº1* (pg 119-122). Curitiba: Juruá, 2010.

\_\_\_\_\_. (1990). De um Estilo. In *A Causa* (pg 105-110) Curitiba: Associação da Coisa Freudiana – Transmissão em Psicanálise.

Paiva, A. de F.. Por que uma psicanálise demanda tanto tempo? In Lara, E. M. (coord.) *Escola da Coisa Freudiana – Cadernos nº1* (pg 119-122). Curitiba: Juruá, 2010.

Pérez, S. (1990). Entrevistas Preliminares: a questão do analista. In *A Causa* (pg 119-124) Curitiba: Associação da Coisa Freudiana – Transmissão em Psicanálise.

Pinto, T. M. C. (2010). A análise finita e infinita: transfinita. In Lara, E. M. (coord.) *Escola da Coisa Freudiana – Cadernos nº1* (pg 189-203). Curitiba: Juruá, 2010.

Quinet, A. (2007) *As 4+1 condições da análise* (11a ed.) Rio de Janeiro: Zahar.

**EIXO TEMÁTICO: PSICOLOGIA, SAÚDE E PROCESSOS CLÍNICOS**